

PÔR O GOVERNO NA RUA - EXIGIR ELEIÇÕES ANTECIPADAS

EXIGIR A RUPTURA COM A POLÍTICA DE DIREITA

O resultado das eleições de deputados para o Parlamento Europeu traduziu-se na maior derrota eleitoral de sempre da coligação PSD/CDS-PP. O facto político mais relevante desta hecatombe eleitoral sofrida pelos partidos que dão suporte a um Governo que faz dos trabalhadores e do povo os seus principais inimigos, é a confirmação do profundo desejo dos portugueses em romper com a política de direita que tem sido imposta ao país por sucessivos Governos, nos últimos 37 anos.

A luta dos trabalhadores, em articulação com a luta mais geral de inúmeras camadas da população, deu um contributo decisivo para a eficácia e sentido político de um voto que dá ainda mais força à continuação da luta por uma política alternativa, de esquerda e soberana, que valorize os trabalhadores, crie emprego de qualidade, combata o desemprego e a precariedade, aumente o poder de compra dos salários e das pensões, promova a protecção social aos desempregados e garanta o direito aos jovens de trabalhar e serem felizes no seu próprio país.

Os desenvolvimentos recentes da situação política e social, com nova derrota do Governo, em resultado dos chumbos do Tribunal Constitucional a três normas do OE/2014, puseram, mais uma vez, em evidência as dificuldades que estes governantes ao serviço do capital têm em conviver com a democracia, revelando a sua face prepotente e autoritária sempre que tem de se confrontar com decisões que lhe são contrárias. As declarações graves e pressões inqualificáveis de membros do Governo e dos partidos que o apoiam sobre os juízes do TC, procurando imputar a estes a responsabilidade por uma política de permanente afronta à Constituição, configura uma situação de desespero e desorientação daqueles que preconizam um projecto político fora da Lei, rejeitado massivamente pelo povo e que colide com os pilares do próprio regime democrático.

Neste quadro, que confirma o Governo como inimigo público dos trabalhadores e do povo e o transforma numa séria ameaça à democracia, apenas o Presidente da República dá suporte à actual coligação, não honrando o juramento feito de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República. Perante a brutal erosão da base de apoio dos partidos que formam o Governo e os atropelos e injúrias dirigidas ao regime democrático, não existe legitimidade política nem social para dar continuidade a uma governação que tem como objectivo central da sua acção o agravamento constante da exploração, do empobrecimento, das injustiças e das desigualdades.

O Documento de Estratégia Orçamental para o período de 2014 a 2018, recentemente publicado, constitui a prova provada de que ao contrário do que a propaganda quis fazer crer não há nenhuma saída, muito menos “limpa”, do abismo económico e social em que o país está mergulhado. O Governo não só persiste em submeter o país amarrado às directivas e ingerências da tróica estrangeira, decorrente dos compromissos com o grande capital económico e financeiro, como o futuro de Portugal se perspectiva num quadro ainda mais negro, perante as dificuldades acrescidas que são impostas pelo Tratado Orçamental, com todas as consequências profundamente negativas para a vida dos trabalhadores e para a generalidade da população.

De facto, o que está plasmado no DEO é a continuação das políticas de austeridade, aplicadas com maior intensidade sobre os mesmos de sempre: os trabalhadores, os pensionistas, os desempregados, e os que menos podem e menos têm. Estas medidas de austeridade representam mais de 3,5 mil milhões de euros, em 2014; mais 1,4 mil milhões de euros, em 2015, e a continuação das reduções de despesa com pessoal na Administração Pública e com prestações sociais, em 2016 e nos anos seguintes. Trata-se de uma estratégia orçamental que, articulada com o “guião para a Reforma do Estado”, tem consequências devastadoras para Portugal, os trabalhadores e o povo:

- A economia, depois de uma recessão sem precedentes nos últimos 60 anos, prossegue o seu estado de grande debilidade, decorrente das opções tomadas quanto à privatização de empresas e sectores estratégicos indispensáveis ao desenvolvimento do país, à política orçamental orientada para os cortes de salários, pensões e despesa social, e ao agravamento da dívida que não pára de crescer (no final do 1º trimestre deste ano atingiu um novo máximo de 132,4% do PIB). A queda do PIB, verificada também neste 1º trimestre (quebra de 0.7% em cadeia), desmente o foguetório sobre o “milagre económico” e confirma que o actual rumo só pode conduzir ao desastre económico e social;

- O desemprego, atingindo mais de 1,3 milhões de pessoas, na sua maioria desempregados de longa duração e sem quaisquer prestações de desemprego, a par do aumento generalizado da precariedade e da retoma da emigração em massa, que afecta sobretudo os jovens, fazendo lembrar os piores anos da década de 60, constituem chagas sociais gritantes e intoleráveis de existirem num regime democrático. O Governo, ao prever que em 2018 a taxa de desemprego ainda se mantenha acima de 13%, confirma a sua incapacidade para resolver este grave problema e a sua indiferença perante os sacrifícios impostos aos trabalhadores, aos mais desfavorecidos e excluídos da sociedade;

- O empobrecimento dos trabalhadores e do povo não pára de crescer, com o Governo a tornar em definitivo o que antes dizia ser provisório (como é exemplo a manutenção da contribuição extraordinária de solidariedade que se mantém, mudando apenas o nome para contribuição de sustentabilidade) e com a aplicação de mais cortes nos salários e nas pensões, com particular incidência na diminuição do emprego e o roubo dos salários na Administração Pública, agora através da tabela salarial única e da redução dos suplementos remuneratórios, com mais impostos sobre os rendimentos do trabalho e o consumo das famílias (aumento da TSU e do IVA), bem como maiores reduções no direito à saúde, educação e protecção social, tudo isto num quadro em que os grupos económicos continuam a beneficiar de mais privilégios e benefícios fiscais.

- O agravamento das condições de trabalho também é uma constante, através de um fortíssimo abaixamento real dos salários e de um brutal aumento dos impostos, complementado com outras medidas destinadas a aumentar a exploração do trabalho. Inserem-se neste objectivo as propostas de revisão do Código do Trabalho que estão neste momento em discussão pública e que visam a destruição da contratação colectiva, reduzir rendimentos do trabalho e anular direitos consagrados nas convenções colectivas. A legislação laboral da administração pública e a proposta dos chamados “benefícios fiscais ao investimento”, que não é mais do que um novo e milionário pacote de benesse fiscal ao grande capital, testemunham, também, o objectivo do governo de intensificar a sua política de exploração, empobrecimento e agravamento das injustiças.

Perante o propósito do Governo PSD/CDS-PP em agravar o rumo de destruição do país, de exploração dos trabalhadores e de empobrecimento do povo, os presentes nesta Manifestação, realizada em Lisboa no dia 21 de Junho, assumem o compromisso de intensificar a luta nos locais de trabalho e nas ruas, pelos seguintes objectivos:

- **Aumentar os salários**, incluindo o aumento imediato do Salário Mínimo Nacional para 515 euros; a valorização efectiva dos salários e pensões, com o explícito compromisso de reposição imediata de todos os salários, pensões e direitos roubados desde 2011, incluindo nas prestações sociais;
- **Criar emprego com direitos**, de forma a assegurar estabilidade e segurança no trabalho, assim como uma justa remuneração e, também, uma organização do tempo de trabalho susceptível de conciliar a actividade profissional com a vida pessoal e familiar.
- **Pôr fim aos bloqueios à negociação colectiva**, dinamizando a contratação e exigindo a publicação das portarias de extensão; exercer o direito de negociação na Administração Pública e reclamar a reposição das 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da Administração, exigindo a imediata publicação dos ACEEP`s já assinados;
- **Rejeitar as alterações à legislação laboral**, seja do Código do Trabalho, que visa destruir a contratação colectiva, impor o “banco de horas” e a flexibilização dos horários de acordo com os interesses exclusivos dos patrões, facilitar os despedimentos e reduzir as indemnizações, generalizar a precariedade e diminuir ainda mais os rendimentos do trabalho, seja da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que tem o objectivo de destruir mais postos de trabalho, desregular os horários de trabalho e pôr os trabalhadores a trabalhar mais por menos salário;
- **Combater os objectivos inscritos no documento da estratégia orçamental e da chamada “Reforma do Estado”**, contrapondo à fúria destruidora do Governo a luta pela defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular o reforço das Funções Sociais do Estado consagradas na Lei Fundamental do país (Saúde, Educação e Segurança Social), assegurando a dotação dos meios humanos e materiais necessários, elementos essenciais à concretização dos direitos do povo e motores da coesão social e do desenvolvimento nacional.

- **Aumentar e diversificar a produção nacional**, sendo indispensável revigorar os sectores tradicionais, a par do reforço do sector público empresarial, bem como a recuperação para o Estado das empresas e sectores estratégicos, incluindo o sector financeiro, de forma a assegurar o aumento do investimento público e o fomento da procura interna;
- **Renegociar a dívida pública assumida por iniciativa do Estado português**, nos seus prazos, juros, montantes e condições de pagamento, para salvaguarda dos interesses nacionais, de forma a permitir conciliar um serviço de dívida compatível com o crescimento económico, a criação de emprego e a melhoria das condições de vida.

Os presentes nesta grandiosa Manifestação exortam a uma grande participação do Movimento Sindical no **Plenário de Sindicatos, a realizar no dia 25** deste mês, e a prosseguirem uma forte mobilização e envolvimento dos trabalhadores para a aprovação e recolha de pareceres sobre as propostas de lei do Governo que visam destruir a contratação colectiva e prolongar o período para a redução do pagamento do trabalho extraordinário.

Apelam, também, à convergência de todos os portugueses que não se rendem à ingerência estrangeira nem à política de terrorismo social para intensificarem a luta de massas, marcando presença na **Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN para 10 de Julho, com desfile e concentração na Assembleia da República**, dando expressão à vontade dos trabalhadores e do povo em pôr termo a este Governo ilegítimo, exigindo a sua demissão, a **convocação de eleições antecipadas e a ruptura com a política de direita, por uma política de Esquerda e Soberana.**

DEFENDER A CONTRATAÇÃO COLECTIVA – FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO!

AFIRMAR OS VALORES DE ABRIL NO FUTURO DE PORTUGAL!

Lisboa 21 de Junho de 2014